

Ata n° 2403

Ao vigésimo oitavo dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezenove horas, na sala de sessões da Câmara Municipal de Vereadores, reuniram-se em sessão ordinária, sob a presidência do vereador Nailson Mantovani, os senhores vereadores: Ademir de Jesus, Andressa Costenaro, Fabiano Miqueloto, Gervesson Antonio Cadore, Juventino José Savaris Junior, Maria Elena Prando Trevizan, Nelso Antonio Dall'Orsoletta e Solange Maria de Assis. Pedindo a proteção de Deus, o Presidente deu as boas-vindas a todos os colegas vereadores e a todos que fazem presença nesta Casa. Inicialmente, o Presidente solicita ao Assessor Jurídico para que faça a leitura da ata da sessão anterior. Após a leitura, o Presidente colocou a ata em discussão, e não havendo nada contra, em votação, sendo aprovada por unanimidade. Na ordem do dia constou um projeto de decreto legislativo referente a prestação de contas anuais. Na sequência, o Presidente esclarece que a ordem do dia é destinada exclusivamente para apreciação deste projeto, e que o expediente não poderá ultrapassar de trinta minutos, na forma que estabelece o artigo duzentos e quarenta e oito do Regimento Interno. Ainda menciona que a prestação de contas, em sua integralidade, ficou à disposição dos vereadores nesta casa, motivo pelo qual dispensa a leitura do parecer exarado pelo Tribunal de Contas. Iniciando a ordem do dia, solicita ao secretário para que faça a leitura da **Exposição de Motivos ao Projeto de Decreto Legislativo n° 04/2025** e posteriormente, para que realize a leitura do **Projeto de Decreto Legislativo n° 04/2025** de autoria da Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação e Fiscalização, que “Dispõe sobre a aprovação das Contas Anuais do município de Lacerdópolis/SC relativas ao exercício de 2023.” Realizadas as leituras, o Presidente baixa o referido projeto para análise das comissões. Retornando aos trabalhos, colocou o Projeto de Decreto em discussão, e não havendo nada contra, em votação, sendo aprovado por unanimidade. Encerrada a ordem do dia, o Presidente concede a palavra livre, sendo a mesma iniciada pelo **vereador Fabiano**, que convida todos os presentes a participarem do evento dos Trilheiros Bala na Agulha. Detalha a programação do evento, enfatizando que todos serão muito bem-vindos. Informa, ainda, que já há mais de quinhentos inscritos, caracterizando-se como um grande evento no âmbito municipal. Acrescenta que o espectador Jonas fará o convite para o bingo do Vasco Santo Antônio após o encerramento da sessão. Por fim, manifesta suas condolências à família Rigo, pelo falecimento de um ente querido. Na sequência, o **vereador Juventino** faz uso da palavra, trazendo à tona uma situação delicada. Inicia relatando que foi encaminhada uma notificação extrajudicial à família Faccin, composta pelo senhor Ivo e pela senhora Andreia Faccin. Recorda que, em decorrência da abertura de um loteamento, ocorreu um deslizamento de terra que atingiu a residência da família, fato ocorrido há aproximadamente dez anos. Diante da impossibilidade de permanecerem no local atingido, o Poder Executivo acolheu a família, que passou a residir provisoriamente em um espaço pertencente à Pastoral, situado no bairro Nossa Senhora Aparecida, local que, segundo o vereador, já abrigou outras famílias, mas que não oferece condições adequadas de moradia. Desde então, a família aguarda uma solução definitiva para sua situação. O local onde houve o deslizamento foi classificado como área de risco, sendo, portanto, inapropriado para reocupação. A Prefeitura, à época, comprometeu-se a fornecer um terreno ou materiais de construção, compromisso esse que, conforme o

vereador, jamais foi efetivamente cumprido, embora se reconheça que o espaço atual foi cedido pelo Poder Público. Informa, com indignação, que a referida família recebeu recentemente uma notificação extrajudicial exigindo a desocupação voluntária do imóvel no prazo de trinta dias. A justificativa apresentada é que, por tratar-se de propriedade pública, o local será destinado à instalação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, voltado a crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência do município. Caso a desocupação não ocorra no prazo estipulado, serão adotadas as medidas judiciais cabíveis. Criticando severamente tal postura da administração, afirma ter buscado apoio jurídico para a família. Destaca ainda que recursos da Defesa Civil foram destinados como auxílio, mas jamais chegaram efetivamente às vítimas, que continuam aguardando o repasse. Enfatiza a ausência de qualquer alternativa de moradia para a família, que agora se vê obrigada a deixar o único local onde pôde permanecer nos últimos anos, justamente aquele para o qual foi direcionada pela própria Prefeitura. Também aponta contradições da gestão atual, que durante o período eleitoral prometeu projetos habitacionais, mas agora promove o despejo de uma família, composta inclusive por dois servidores municipais com anos de atuação. Questiona a prioridade atribuída à instalação do CRAS em detrimento da moradia de uma família vulnerável. Alerta ainda que, caso não haja o apoio necessário por parte do município, a família poderá ser forçada a buscar abrigo em cidades vizinhas, agravando o esvaziamento populacional local, ao ponto de, segundo suas palavras, o município correr o risco de "virar distrito". Solicita, portanto, o apoio dos demais vereadores para que se posicionem diante do Poder Executivo, em defesa da permanência da família no local. Afirma que, se a Prefeitura precisa de espaço para instalar o serviço mencionado, que se providencie outro terreno, conforme prometido no plano de governo. Lembra que essa não é uma situação isolada, citando o caso da família Perez, que também ocupava um imóvel público e quase foi despejada. Quanto à residência atual da família Faccin, reforça que não é um local adequado, principalmente devido às enchentes e enxurradas que atingem o imóvel em épocas chuvosas. Reitera a denúncia de que os recursos da Defesa Civil não foram repassados, sob a justificativa de que a família "já mora de favor" em bem público. Conclui dizendo que foram dez anos de espera e sofrimento, sem solução definitiva, e agora a família é surpreendida com uma ordem de despejo, com prazo de apenas trinta dias. Em seguida, a palavra é concedida à **vereadora Solange**, que apresenta uma reclamação encaminhada pela população, referente à grande quantidade de lixo acumulado no Rio do Peixe, nas proximidades do túnel de captação da PCH. Relata que há carcaças de animais mortos, plásticos, pedaços de madeira e diversos outros detritos, os quais têm provocado um forte odor no local. Menciona que já houve comentários, inclusive por parte de integrantes da administração, a respeito da situação, e que chegaram a circular boatos sobre providências. No entanto, solicita de forma oficial que a limpeza seja realizada, uma vez que há, segundo ela, responsável designado para esse serviço, e a situação do rio permanece inalterada há meses. Com preocupação, compara o atual estado do Rio do Peixe ao do Rio Tietê, devido ao elevado nível de poluição. Conclui reafirmando sua solicitação, destacando a importância da medida para o bem-estar da população e, principalmente, para a preservação do meio ambiente. Logo após, a palavra é concedida ao **vereador Nelson**, o qual relata ter observado pessoalmente a situação do Rio do Peixe nas proximidades da PCH. Como solução, sugere o envio de um ofício

cobrando providências por parte dos responsáveis, ressaltando que o Poder Público não pode designar servidores municipais para atuarem em área de responsabilidade de uma PCH, a qual é administrada por sócios e empresas privadas. Destaca também o risco envolvido, salientando que é necessário manter uma distância mínima de aproximadamente cinquenta metros do local, sendo, portanto, dever de um profissional qualificado realizar a devida manutenção. Com relação à situação delicada apresentada anteriormente pelo vereador Juventino, informa que não se manifestará nem a favor nem contra, pois pretende solicitar ao Presidente desta Casa Legislativa que convoque a coordenadora do CRAS, senhora Neidler, para que preste esclarecimentos sobre os recursos repassados e se manifeste quanto à conduta mencionada, a fim de que se tome a decisão mais justa. Confirma que o local atualmente ocupado pela família Faccin não é apropriado para fins residenciais e propõe, ainda, a convocação do responsável pela Defesa Civil da época, para que também preste esclarecimentos e contas sobre os recursos relacionados ao caso. Enfatiza a importância de celeridade nesse processo, para que as medidas cabíveis possam ser tomadas dentro do prazo de trinta dias estabelecido na notificação recebida pela família. Na sequência, a **vereadora Solange** interrompe, reforçando que esta não é a primeira vez que situações como essa ocorrem. Relata que, anteriormente, havia uma sala utilizada pelo Clube de Mães no mesmo espaço onde atualmente funciona o CRAS. Na época, o local foi reformado e o grupo foi despejado de forma repentina, sem aviso prévio. Seus móveis foram realocados para o centro comunitário, e, desde então, o Clube de Mães foi desfeito, justamente em virtude de problema semelhante ao que se apresenta agora. O **Presidente** então se manifesta, esclarecendo que seguirá o Regimento Interno desta Casa Legislativa e que, na próxima sessão, colocará em votação o pedido de convocação solicitado pelos vereadores Nelso e Juventino, e posteriormente enviará um ofício aos responsáveis pela PCH. A **vereadora Andressa** enfatiza a necessidade de celeridade no processo, em respeito ao prazo estabelecido na notificação recebida pela família. Após discussão entre os parlamentares, fica decidido que será apresentado, na próxima sessão, um pedido formal de convocação, conforme deliberado em plenário. Em seguida, a **vereadora Maria Elena** faz uso da palavra para esclarecer assuntos abordados na sessão anterior, com destaque para a questão das “Frutas de Páscoa”. Relata que a escolha por esse presente teve como objetivo o cuidado com a saúde das crianças, sendo uma alternativa mais saudável ao chocolate. Informa, inclusive, que o custo foi superior ao que teria sido gasto com chocolates tradicionais. Explica que buscou esclarecimentos diretamente com a secretária de Saúde, diante das divergências de opinião por parte da população, e aproveita para elogiar a atuação da pasta, destacando a atenção e o comprometimento da secretária. Também menciona ter tratado sobre a rede de proteção integral discutido anteriormente, e cita outros temas abordados, como a ausência de policiamento vinte e quatro horas, questão levantada pelo vereador Ademir na última sessão. O **vereador Ademir** complementa, informando que o prefeito participou de uma reunião referente a essa demanda. A **vereadora Maria Elena** considera a iniciativa positiva e manifesta seu apoio à medida. Por fim, a palavra retorna ao **Presidente**, que inicialmente presta esclarecimentos sobre a questão das “Frutas de Páscoa”. Informa que, diante da agenda comprometida da secretária de Saúde, optou por solicitar um ofício explicativo, em vez de convocá-la para comparecimento presencial a esta Casa Legislativa. Em seguida, realiza a leitura do

Ofício nº 06/2025, de autoria da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em conjunto com a nutricionista municipal, o qual presta esclarecimentos sobre a oferta de cesta de frutas como lembrança de Páscoa, destinada aos alunos da rede municipal de ensino deste município no dia 17 de abril de 2025. Após a leitura, o Presidente declara que a questão se encontra devidamente esclarecida, destacando que a medida segue orientações estabelecidas por legislação federal, sendo rigorosamente seguida pela administração municipal. Referente ao atendimento policial vinte e quatro horas, o Presidente informa que conversou com o comandante Airton, o qual esclareceu que a mudança na escala da guarnição não foi uma decisão sua, mas sim do Comando Regional de Capinzal. A alteração afetou tanto o município quanto a cidade de Zortéa. Explicou que a possível demora no atendimento mencionada pelo vereador Ademir na sessão anterior, pode ter ocorrido devido à ocorrência em andamento em Zortéa, onde, até a conclusão de todos os procedimentos, há um tempo de resposta considerável. Reforçou, contudo, que a população deve sempre acionar a polícia em caso de necessidade, pois o atendimento será realizado assim que possível. Na sequência, o Presidente realiza a leitura do **Ofício nº 03/2025**, de autoria do grupo Trilheiros Bala na Agulha, o qual reforça o convite feito anteriormente pelo vereador Fabiano para participação no evento promovido pelo grupo. Logo após, menciona que foi procurado nesta semana por Leonardo Antonelo, membro da diretoria do LIRA, para tratar sobre a instalação de uma placa. A sugestão apresentada foi a de incluir na placa o nome de cada vereador da atual legislatura, sendo que somente constará o nome daqueles que contribuírem com uma doação pessoal de R\$ 100,00 (cem reais) como forma de patrocínio. O Presidente solicita a opinião dos vereadores, que deverão realizar a doação de patrocínio até o final da semana. Os vereadores presentes concordam com a proposta. Em seguida, o Presidente divulga o Bingo do LIRA, apresentando detalhes sobre o evento e reforçando outra contribuição voluntária de cada vereador, conforme já mencionada anteriormente pela vereadora Andressa em sessões passadas. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convidando a todos para a próxima Sessão Ordinária, que será realizada no dia cinco de maio de dois mil e vinte e cinco, às dezenove horas.

Nailson Mantovani

Ademir de Jesus

Andressa Costenaro

Fabiano Miqueloto

Gervesson Antonio Cadore

Juventino José Savaris Junior

Maria Elena Prando Trevizan

Nelso Antonio Dall'Orsoletta

Solange de Assis